



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE BROCHIER**

**CNPJ: 91.693.309/0001-60**

**Rua Guilherme Hartmann, nº 260 – Centro – CEP: 95790-000**

**Fone: (51) 3697-1212 / 1215 - E-mail: gabinete@brochier.rs.gov.br**

---

**DECRETO N.º 2337/2025**

**“DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA O ENCERRAMENTO CONTÁBIL DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025 PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO.”**

**JOSE HENRIQUE DAPPER**, PREFEITO MUNICIPAL DE BROCHIER,  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**D E C R E T A :**

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Ficam estabelecidos os procedimentos que devem ser observados por todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo do Município em relação ao encerramento contábil do exercício de 2025.

Parágrafo único. A não observância do disposto neste Decreto implicará na responsabilidade funcional dos agentes que derem causa.

**CAPÍTULO II**

**DOS INVENTÁRIOS E CONFERÊNCIAS PREPARATÓRIAS AO  
ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO**

**Seção I**

**Elementos patrimoniais que devem ser inventariados e conferidos**

Art. 2º Para encerramento do exercício devem ser realizados os inventários e/ou conferências relativos:

I – às contas bancárias;

II – aos estoques de materiais, de bens móveis e imóveis;

III – aos créditos a receber da União, Estados e entidades locais;

IV – tributos, dívida ativa, e créditos a receber de natureza não tributária;

V – contratos de prestação de serviços, obras, fornecimento de produtos e bens;

VI – contratos de parcelamentos e dívidas de longo prazo em execução;

VII – restos a pagar de exercícios anteriores a 2025.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE BROCHIER**

**CNPJ: 91.693.309/0001-60**

**Rua Guilherme Hartmann, nº 260 – Centro – CEP: 95790-000**

**Fone: (51) 3697-1212 / 1215 - E-mail: gabinete@brochier.rs.gov.br**

---

...Fl. 02 do Decreto n.º 2337/2025

**Subseção I**  
**Da conferência das contas bancárias**

Art. 3º A conferência das disponibilidades e respectivas contas bancárias será realizada pelo Setor de Tesouraria e atestada pelo Setor de Contabilidade de cada órgão e entidade municipal, que deverá considerar a correlação entre a quantidade de contas bancárias e seus registros na Tesouraria e na Contabilidade.

Art. 4º Os saldos em bancos nas razões das contas contábeis devem ser iguais aos respectivos extratos bancários e ao boletim diário de bancos em 31/12/2025 e serem entregues à Contabilidade até o dia 15 de janeiro de 2026.

§ 1.º Salvo eventuais débitos e créditos que devem estar registrados pelo regime de competência contábil e que não forem considerados pelos bancos, nenhuma outra operação divergente que represente erro de registro poderá permanecer em conciliação bancária.

§ 2.º Eventuais saldos de passivo que representem receitas a classificar deverão ser registrados orçamentariamente por ocasião do encerramento do exercício.

§ 3.º Aplicações financeiras com prazo de resgate superior a 90 dias a contar de 31/12/2025 que sejam necessárias para a suficiência financeira, por fonte de recursos, frente aos restos a pagar e as operações extraorçamentárias, devem ser resgatadas e contabilizadas como disponibilidade de caixa.

§ 4.º O Setor de Contabilidade realizará a conferência das contas bancárias por fonte de recursos, identificando os saldos contábeis iniciais do exercício de 2025 e acrescentando as receitas orçamentárias e diminuindo as despesas orçamentárias, pagamentos de restos a pagar e transferências financeiras, e conciliarão com os saldos finais da razão contábil com os extratos bancários em 31/12/2025, identificando eventuais diferenças e informado ao Controle Interno para providências.

§ 5.º A conferência dos recursos orçamentários previstas no parágrafo 4º aplica-se também aos recursos extraorçamentários, devendo a Tesouraria e a Contabilidade individualizar e conciliar o saldo no passivo extraorçamentário com os recursos financeiros para a sua cobertura no Ativo.

**Subseção II**  
**Dos Inventários de Estoques de Materiais e**  
**de Bens Móveis e Imóveis**



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE BROCHIER**

**CNPJ: 91.693.309/0001-60**

**Rua Guilherme Hartmann, nº 260 – Centro – CEP: 95790-000**

**Fone: (51) 3697-1212 / 1215 - E-mail: gabinete@brochier.rs.gov.br**

---

...Fl. 03 do Decreto n.º 2337/2025

Art. 5º. Os inventários serão realizados por comissão especial ou permanente, respeitando-se o princípio da segregação de funções, e serão entregues à Contabilidade para conferência até o dia 05 de janeiro de 2026.

§1º As diferenças apuradas em inventários de materiais e patrimônio devem fazer parte da ata de encerramento de inventário e, eventuais diferenças, apuradas em processo administrativo próprio.

§2º Os valores de estoque de materiais e de bens do patrimônio devem ser correlacionados com os valores registrados na Contabilidade.

**Subseção III**

**Da Conferência dos saldos dos Créditos a Receber da União, Estados E Entidades Locais**

Art. 6º As Secretarias e unidades administrativas que possuam convênios, acordos, ajustes ou congêneres, com a União, Estado ou com as entidades locais regidas pela Lei nº 13.019/2014, em vigência até 31/12/2025, com valores a pagar ou a receber, ou, ainda, que careçam de prestações de contas, devem disponibilizar as informações à Contabilidade para registro e conferência, até 09 de janeiro de 2026.

**Subseção IV**

**Das conferências referentes aos Tributos, Dívida Ativa, Créditos e Passivos Não Tributários**

Art. 7º O Setor Tributário atualizará os créditos a receber de tributos e dívida ativa, parceladas ou não, conforme a expectativa de realização em curto (até 12 meses contados de 31/12/2025) e longo prazo (após 12 meses contados de 31/12/2025), e disponibilizará as informações à Contabilidade para registro e conciliações até o dia 09 de janeiro de 2026.

Art. 8º Todas as Secretarias e Unidades Administrativas que controlem e/ou tenham sob a sua responsabilidade créditos a pagar e a receber de natureza não tributária, inclusive decisões do Tribunal de Contas, devem repassar à Contabilidade os saldos atualizados até 31/12/2025, até o dia 09 de janeiro de 2026.

Art. 9º A Procuradoria disponibilizará à Contabilidade até o dia 09-01-2026:



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE BROCHIER**

**CNPJ: 91.693.309/0001-60**

**Rua Guilherme Hartmann, nº 260 – Centro – CEP: 95790-000**

**Fone: (51) 3697-1212 / 1215 - E-mail: gabinete@brochier.rs.gov.br**

---

...Fl. 04 do Decreto n.º 2337/2025

I - informações atualizadas sobre os processos que o Município faz parte e que digam respeito à cobrança de tributos, créditos não tributários, passivos e obrigações;

II – situação dos precatórios em 31/12/2025 e respectivos regimes de pagamento;

III - as contingências ou processos judiciais ou administrativos que possam representar, a curto ou longo prazo, desequilíbrio financeiro para o Município;

Parágrafo único. As informações sobre os créditos tributários deverão considerar a probabilidade de recuperação por parte da fazenda Municipal em “alta”, “média” e “baixa”.

**Subseção V**

**Das conferências de contratos de prestação de serviços, obras, fornecimento de produtos e bens**

Art. 10. As Secretarias e respectivas unidades administrativas farão o inventário e informarão à Contabilidade, dados e informações sobre os contratos que estejam em execução em suas Pastas até 31/12/2025, para efeito de registro contábil e conciliação, até o dia 09 de janeiro de 2025.

§ 1.º Deverão constar as seguintes informações referentes aos contratos:

I – vigência;

II – fornecedor;

III – objeto;

IV – valor inicial, valor atualizado, executados e a executar.

§ 2.º A contabilidade registrará e conciliará os valores dos contratos com os grupos de contas de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

**Subseção VI**

**Dos Contratos de Parcelamentos e Dívidas de Longo Prazo em Execução**

Art. 11. A Secretaria da Fazenda disponibilizará informações à Contabilidade sobre contratos de empréstimos e financiamentos de longo prazo, informando o credor e o valor atualizado da dívida, segregando principal e encargos, em vigência em 31/12/2025, até o dia 09 de janeiro de 2026.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE BROCHIER**

**CNPJ: 91.693.309/0001-60**

**Rua Guilherme Hartmann, nº 260 – Centro – CEP: 95790-000**

**Fone: (51) 3697-1212 / 1215 - E-mail: gabinete@brochier.rs.gov.br**

---

...Fl. 05 do Decreto n.º 2337/2025

**Subseção VII**  
**Dos Inventários de Restos a Pagar**

Art. 12. A Secretaria da Fazenda realizará inventário físico dos empenhos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, pendentes ou não de liquidação, até 31/12/2025 e informará à Contabilidade para fins de conciliação contábil até o dia 09 de janeiro de 2026.

Parágrafo único. Os restos a pagar não processados até 31/12/2025 serão cancelados, salvo se relacionar à execução de serviço ou obra com recursos vinculados cuja disponibilidade financeira esteja disponível.

**CAPÍTULO III**  
**PROCEDIMENTOS RELATIVOS À DESPESA**

Art. 13. Todas as obrigações relativas a serviços ou produtos entregues até 31/12/2025 deverão ser empenhadas até **05/12/2025** e liquidadas em até **19/12/2025** empenhos exceto folha de pagamento, MDE e ASPS e **23/12/2025**, folha de pagamento, MDE e ASPS.

§ 1º Fica vedada a autorização de compra ou serviços após 05 de dezembro de 2025, ressalvadas situações imprevisíveis e urgentes, com prévia autorização do Secretário da Administração e Fazenda e Prefeito Municipal.

§ 2º Fica estabelecida a data de **05/12/2025** como **prazo final para o envio das notas fiscais** correspondentes aos empenhos de compras e contratos realizados durante o exercício de 2025. As notas fiscais referentes aos empenhos emitidos até 05/12/2025, ou àqueles que vierem a ser realizados no mês de dezembro, deverão ser encaminhadas até 15/12/2025.

Art. 14. As obrigações de despesas cujos valores não possam ser liquidados até o encerramento do exercício e que pertençam por sua competência a 2025 devem ser reconhecidas em variações patrimoniais diminutivas e empenhadas, utilizando-se o estágio da despesa *em liquidação*.

Art. 15. As transferências financeiras cuja competência seja o exercício de 2025 e que não foram pagas, vencidas ou não, devem ser reconhecidas em variações patrimoniais diminutivas e, no passivo circulante, em conta de atributo financeiro.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE BROCHIER**

**CNPJ: 91.693.309/0001-60**

**Rua Guilherme Hartmann, nº 260 – Centro – CEP: 95790-000**

**Fone: (51) 3697-1212 / 1215 - E-mail: gabinete@brochier.rs.gov.br**

---

...Fl. 06 do Decreto n.º 2337/2025

**CAPÍTULO IV**  
**PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS DE ENCERRAMENTOS**  
**Seção I**  
**Correlações Contábeis Obrigatórias**

Art. 16. Após os inventários de que trata o art. 2.º a Contabilidade procederá às conferências e correlações em cada uma das entidades que consolidarão os balanços no Município.

§1º São correlações contábeis mínimas e obrigatórias em cada entidade contábil:

I – todos os inventários de que trata o art. 3º com o balancete contábil de verificação em 31/12/2025;

II – balancete da receita e da despesa com o grupo 5 e 6 do balancete contábil;

III – leis e decretos de abertura de créditos adicionais e respectivas fontes de recursos com o balancete da despesa e balancete contábil de verificação;

IV – saldo da conta 82111 igual à diferença entre o ativo e passivo financeiro da entidade, por fonte de recursos;

V – o saldo do grupo de contas 7211 diminuído do saldo da conta 82114 deve ser igual ao saldo do grupo de contas 111- caixa e equivalente de caixa, por fonte de recursos;

VI – a soma dos saldos das contas de 82111, 82112 e 82113, somados, devem possuir saldo igual à soma do saldo do grupo Caixa e Equivalente de Caixa e os créditos financeiros no Ativo Circulante com atributo “F”, por fonte de recursos;

§ 2º Todos os ajustes para perdas, provisões, registro das depreciações, férias, gratificações e demais reconhecimentos por competência, não fazem parte dos registros de encerramento, reservando para estes apenas os encerramentos que fizerem necessários nas contas de variações patrimoniais, encerramento das contas orçamentárias e inscrições de restos a pagar, e encerramentos das contas de controle que não transportam saldo para o exercício seguinte.

§ 3º A Contabilidade deverá conferir, antes do encerramento do exercício, a aplicação dos limites constitucionais e legais, como:

I – MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE BROCHIER**

**CNPJ: 91.693.309/0001-60**

**Rua Guilherme Hartmann, nº 260 – Centro – CEP: 95790-000**

**Fone: (51) 3697-1212 / 1215 - E-mail: gabinete@brochier.rs.gov.br**

---

...Fl. 07 do Decreto n.º 2337/2025

- II – FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;
- III – ASPS – Ações e Serviços Públicos em Saúde;
- IV - despesas com pessoal;
- V – atingimento das metas de resultado nominal e primário fixadas na LDO para 2025;
- VI - limites aplicáveis ao Poder Legislativo;
- VII - limite de utilização da taxa de administração no RPPS.

§ 4º Para efeitos da determinação da despesa com pessoal no exercício de 2025, especificamente quanto ao último (quadrimestre) do exercício, a Administração considerará, para todo o exercício, as despesas que se puderem ser identificadas como cessão de mão de obra:

I - em contratos firmados com empresas relativas à atividade fim do Município;

II – em contratos firmados com empresas relativas à atividade meio ou administrativa, desde que haja cargo com atribuições equivalentes aos serviços contratados;

III – em termos de fomento e colaboração, firmados nos termos da Lei nº 13.019/2014.

§ 5º Para efeitos do § 4º, nos termos do art. 15 da Lei Complementar nº 178, a Administração procederá ao estorno das despesas de cessão de mão de obra que não foram consideradas como pessoal, e procederá a novo empenho para reconhecimento, no exercício, dos gastos com pessoal, *ou, apenas, o ajuste no sistema eletrônico de disponibilização de dados à Corte de Contas.*

§ 6º A participação em consórcios públicos, em empresas públicas ou sociedades de economia mista que o Município exercer influência significativa, devem ser avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo as demais pelo método de custo.

## **Seção II**

### **Das Consolidações Das Demonstrações Contábeis**

Art. 17. Realizados os inventários e as correlações contábeis, cada entidade e os consórcios em que a Administração fizer parte, gerarão suas demonstrações e notas explicativas para efeitos de consolidação no Município.

§1º. As demonstrações contábeis preliminares serão enviadas ao Poder Executivo por todos os órgãos e entidades, inclusive o Legislativo e os consórcios



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE BROCHIER**

**CNPJ: 91.693.309/0001-60**

**Rua Guilherme Hartmann, nº 260 – Centro – CEP: 95790-000**

**Fone: (51) 3697-1212 / 1215 - E-mail: gabinete@brochier.rs.gov.br**

---

...Fl. 08 do Decreto n.º 2337/2025

públicos que o Município fizer parte, até o dia 13 de janeiro de 2026, para efeitos de consolidação.

§2º. Após a confirmação de correção das informações para efeitos de consolidação por parte da Contabilidade do Poder Executivo, as entidades e órgãos poderão gerar suas demonstrações e notas explicativas definitivas.

**CAPÍTULO V**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 18. Cabe à Unidade Central de controle interno acompanhar o cumprimento deste Decreto.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BROCHIER em 04 de novembro de 2025.

**JOSÉ HENRIQUE DAPPER**  
Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:**

ANÉSIO SILVIO SCHERER  
Secretário de Administração e Fazenda